

**EAPN Portugal / Rede Europeia Anti Pobreza  
Observatório de Luta Contra a Pobreza  
na Cidade de Lisboa**

**Plano de Acção  
2014**



Uma iniciativa:



Com apoio:



## Índice

<b>A. Actividades de sistema.....</b>	<b>3</b>
1. Recolha, actualização e tratamento estatístico de dados.....	3
2. Tratamento de informação relativa às novas freguesias de Lisboa, de acordo com a reorganização administrativa da cidade.....	3
3. Parcerias/Cooperação institucional.....	3
4. Caracterização de entidades e projectos - Elaboração e divulgação de Fichas de Projecto ...	4
Cronograma.....	4
<b>B. Comunicação externa .....</b>	<b>5</b>
1. Dinamização da página WEB.....	5
2. Flashnews .....	5
3. Dinamização da página do Facebook.....	5
Cronograma.....	6
<b>C. Encontros do Observatório.....</b>	<b>6</b>
Cronograma.....	6
<b>D. Barómetro de Pessoas em Situação Vulnerável (Fase II) .....</b>	<b>7</b>
<b>E. Referencial Estratégico da Rede Social de Lisboa.....</b>	<b>8</b>
1. Concepção do Referencial Estratégico 2013.....	8
1.1. Domínios estratégicos.....	9
1.2. Critérios de referência .....	9
1.3. Indicadores de Referência .....	10
<b>2. Operacionalização do Referencial Estratégico .....</b>	<b>11</b>
2.1. Adequação do PDS 2013-2015 ao Referencial Estratégico .....	12
2.2. Acompanhamento e avaliação .....	17
<b>F. Indicadores de Alerta.....</b>	<b>20</b>
1. Construção da bateria de indicadores (2013).....	20
2. Operacionalização do sistema (2014).....	25
<b>G. Prioridade temática 2014: Pobreza Infantil.....</b>	<b>28</b>
1. A Pobreza Infantil na Cidade de Lisboa .....	30
1.1 Constrangimentos a ultrapassar .....	30
1.2 Plano de acção 2014.....	31
<b>ANEXOS.....</b>	<b></b>
1.Cronograma 2014 .....	1
2. Indicadores de Referência do Referencial Estratégico.....	4
3. Indicadores de Alerta .....	9
<b>(Quadro Síntese).....</b>	<b>9</b>

## **A. Actividades de sistema**

### **1. Recolha, actualização e tratamento estatístico de dados**

A recolha, actualização e tratamento estatístico de dados sobre indicadores pertinentes para o conhecimento e análise da situação socioeconómica da população residente na cidade de Lisboa e sua disponibilização livre é uma actividade que o Observatório tem vindo a desenvolver desde o início da sua actividade.

Em 2013 essa actividade reforçou-se com o alargamento das suas fontes de informação e tipo de indicadores recolhidos, fruto do trabalho desenvolvido em torno do Referencial Estratégico da Rede Social de Lisboa (ver ponto E, pág. 8) e dos Indicadores de Alerta (ver ponto F, pág. 20).

Deste modo, ao longo de 2014 serão actualizadas as bases de dados já existentes e incorporados novos indicadores de acordo com as acções a desenvolver ao longo do ano.

### **2. Tratamento de informação relativa às novas freguesias de Lisboa, de acordo com a reorganização administrativa da cidade**

O Observatório tem, desde o seu início, desenvolvido um trabalho persistente, e nem sempre fácil, de caracterização das freguesias de Lisboa quanto às suas condições socioeconómicas desagregando os dados concelhios ao nível de freguesia, o que deu origem à informação constante no Retrato de Lisboa, disponível no site do Observatório.

A recente alteração da divisão administrativa de cidade de Lisboa, que originou a redução de 53 para 24 freguesias, implica a actualização de todos os dados até agora recolhidos de acordo com o novo mapa administrativo. Em relação a indicadores recenseados nos CENSOS, nomeadamente os que se referem a População e Habitação, serão actualizados pelo INE. Em relação aos restantes, o OLCPL irá proceder à sua actualização, como os referentes a prestações sociais, desemprego, entre outros, de modo a assegurar a continuidade possível das séries estatísticas entretanto construídas.

Este trabalho foi já iniciado em 2013, no seguimento das participações do Observatório em reuniões realizadas em várias zonas territoriais da cidade, de acordo com solicitação da Plataforma do Envelhecimento da Rede Social de Lisboa, no sentido de ajudar as várias entidades à reflexão sobre o seu território, através da disponibilização de dados quantitativos trabalhados com base na nova realidade administrativa da cidade.

### **3. Parcerias/Cooperação institucional**

O estabelecimento de parcerias com instituições – associações, organismos públicos e empresas - revela-se essencial ao desenvolvimento do trabalho do Observatório, o que implica o contacto com um conjunto diversificado de entidades que possuem informação relevante ou actuam na cidade, de modo a cultivar uma rede de partilha de informação essencial para a produção de conhecimento fundamentado e qualificado.

Para além de assegurar o acesso a informação relevante e actualizada, esta rede permite envolver entidades, como as empresas que, apesar de na maior parte dos casos se encontrarem afastadas do campo social, têm nele influência directa ou indirecta e possuem informação de grande interesse, como se verificou em 2013 em torno da sinalização de indicadores de alerta.

Neste sentido, em 2014, o Observatório irá propor a um conjunto de entidades, àquelas com as quais já colabora regularmente e a outras com quem deseja passar a articular, a formalização da cooperação através da assinatura de protocolos que enquadrem esta parceria.

#### 4. Caracterização de entidades e projectos - Elaboração e divulgação de Fichas de Projecto

A necessidade do Observatório complementar a informação estatísticas recolhida com informação qualitativa sobre o território, as entidades que aí actuam e as pessoas que nele vivem e trabalham, deu origem a um conjunto de visitas a entidades e projectos locais ilustrativos do combate à pobreza no concelho.

O resultado dessas visitas é resumido em Fichas de Projecto (Iniciativas em Destaque, no *site* do Observatório) que permitem, não apenas sistematizar informação relevante, mas também contribuir para a divulgação do trabalho desenvolvido a nível local por entidades e projectos empenhados na luta contra a pobreza e a exclusão.

Ao longo de 2014, irá dar-se continuidade a esta iniciativa, ampliando assim o conhecimento qualitativo sobre a realidade social e as acções concretas existentes na cidade de Lisboa.

Tendo em conta que em neste ano o Observatório irá desenvolver um estudo sobre a Pobreza Infantil, a prioridade será conhecer ao longo do ano projectos e acções que directa ou indirectamente actuem nesta área.

#### Cronograma

2014	Meses											
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8	9	10	11	12
<b>Actividades de sistema</b>												
Recolha e tratamento estatístico de dados												
Tratamento informação novas freguesias												
Parcerias e protocolos												
Caracterização de entidades e projectos												



## B. Comunicação externa

Sendo certo que todas as actividades do Observatório possuem uma componente de divulgação externa, coerente com o compromisso de disponibilizar de forma livre e actual toda a informação disponível, existem algumas acções especificamente desenhadas para este efeito, utilizando plataformas de divulgação ampla de toda a informação através, nomeadamente, da *web*, correio electrónico e redes sociais.

### 1. Dinamização da página *WEB*

Um dos objectivos prioritários do Observatório é o de recolher informação relevante dispersa, sistematizá-la e tratá-la estatisticamente tornando rapidamente acessível documentos nacionais e internacionais relevantes sobre a pobreza e exclusão social, a nível europeu, nacional e local; notícias da actualidade sobre o país e sobre o trabalho do Observatório e respectivos resultados, bem como sobre a acção de outras entidades e projectos que partilham os mesmos objectivos.

O meio privilegiado para o fazer é o *site* do Observatório, pelo que a sua dinamização e actualização permanentes são uma prioridade constante que se manterá como actividade prioritária em 2014. Neste sentido, e com o propósito de melhorar a sua funcionalidade e agilidade, tornando mais visível e de fácil acesso aos utilizadores a vasta informação disponibilizada, o *site* remodelado com a finalidade de o tornar mais interactivo e dinâmico.

### 2. Flashnews

Com envio mensal para os contactos da lista de correio electrónico, a *Flashnews* do Observatório constitui-se como outro instrumento de aproximação e de contacto com aqueles que estão interessados em aumentar o seu conhecimento sobre temas relacionados com pobreza e exclusão social e estar a par das actividades desenvolvidas pelo Observatório. Com essa finalidade são comunicadas as actividades do Observatório e seus resultados e destacados estudos e documentos realizados por várias organizações nacionais e internacionais, permitindo através do *download* o acesso imediato aos mesmos, contribuindo, desta forma, para a divulgação ampla da informação, de forma gratuita, simples e rápida.

### 3. Dinamização da página do Facebook

A dinamização da página do *facebook* (Olcp Lisboa) insere-se no mesmo esforço de disseminação da informação para o qual contribuem as actividades anteriores, permitindo entrar em contacto com pessoas e entidades que não constam do livro de endereços do Observatório e que não visitam regularmente o *site*, assegurando que um maior e mais diversificado conjunto de pessoas entre em contacto com: notícias, artigos, documentos e referências a assuntos relacionados com pobreza e exclusão social, nomeadamente, projectos de intervenção social em Lisboa, conferências e seminários, estudos e iniciativas diversas.

### Cronograma

2014	Meses											
Actividades de Sistema	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8	9	10	11	12
Dinamização página web												
Flashnews												
Dinamização Facebook												

### C. Encontros do Observatório

Os Encontros do Observatório têm constituído um espaço privilegiado de troca de informação e de reflexão participada por diversos actores da cidade de Lisboa, permitindo a qualificação de informação, a sua avaliação e o debate sobre recomendações e linhas de orientação futuras.

Nestes Encontros têm sido envolvidos especialistas, entidades e pessoas em situação de vulnerabilidade, trabalhando em pequenos grupos, em formato de *workshop*, facilitando o aprofundamento dos temas e a participação efectiva de todos os intervenientes. Estes espaços de debate contam com a presença dos vários actores da cidade de Lisboa com a finalidade de obter um conhecimento mais amplo e fidedigno sobre a realidade social seguindo, deste modo, os princípios do trabalho em rede.

Os Encontros do Observatório organizam-se em torno de um tema central (Habitação, por exemplo, em 2011), devendo este ano centrar-se sobre a Pobreza Infantil, contribuindo para enriquecer o conhecimento sobre este tema (ver ponto G. Pobreza Infantil, pág. 28).

Os actores a envolver serão os decisores, instituições envolvidas na luta contra a pobreza, investigadores que desenvolvem trabalho académico nesta área, e as próprias famílias. Pretende-se assim, numa lógica participada, ficar a conhecer melhor a realidade e os desafios actuais e futuros, dando contributos que permitam delinear estratégias e formas de actuação mais adequadas ao combate à pobreza e exclusão social.

### Cronograma

2014	Meses											
Encontros do Observatório	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8	9	10	11	12
Realização dos Encontros												
Conclusões e recomendações												

## D. Barómetro de Pessoas em Situação Vulnerável (Fase II)

Em 2014 será concluída a segunda fase do Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2011 em parceria com o Dinâmia'CET-IUL.

Este estudo assenta numa abordagem longitudinal que pressupõe seguir os percursos de vida das mesmas pessoas ao longo dos anos, pretendendo-se aprofundar o conhecimento dos processos de (des)vulnerabilização na sua relação com o contexto societal e com as capacidades dos indivíduos lidarem com as situações que enfrentam. Para assegurar este objectivo, e após um conjunto de entrevistas realizadas na primeira fase, pretende-se agora prosseguir com uma segunda vaga de contactos com as mesmas pessoas, de modo a iniciar o acompanhamento da sua situação ao longo do tempo e a forma como avaliam a sua situação, o seu próprio percurso e perspectivas futuras, bem como as políticas, medidas e processos em que estão envolvidos e seus resultados.

A primeira fase (terminada em 2011), cujos resultados se encontram publicados<sup>1</sup>, procurou assegurar três objectivos fundamentais:

- i) detectar os processos de vulnerabilização que diferentes perfis de pobreza enfrentam e as suas repercussões no percurso de vida, de forma a potenciar a interpretação da condição, situação e experiência dos beneficiários de medidas de política social;
- ii) analisar os recursos individuais e disposições de activação para a construção da autonomia económica e existencial;
- iii) avaliar o impacto das dimensões socioeconómicas e político-institucionais que intervêm na produção do conjunto de recursos e oportunidades que são proporcionados aos sujeitos para lidar/escapar às situações de pobreza e vulnerabilidade, focando designadamente os dispositivos de inserção e recursos oferecidos pelo sistema de políticas sociais locais.

Para a concretização destes objectivos, assumiu-se uma estratégia de investigação intensiva qualitativa que se consubstanciou no aprofundamento de seis perfis de pobreza através da metodologia de painel. Assim, em torno da possibilidade de acções individuais e colectivas, em função da idade e condição de saúde, de pertencerem ou não ao mercado de trabalho, definiram-se os seguintes perfis: trabalhadores pobres, desempregados, cuidadoras informais, incapacitadas para o trabalho por motivo de doença, desafiados e idosos em situação de vulnerabilidade.

Esta segunda fase do Barómetro tem como objectivo central a compreensão dos processos que acentuam ou quebram ciclos de vulnerabilização, quer por via da análise do acesso e da apropriação de recursos disponibilizados pelas políticas sociais, quer pelos recursos individuais e capacidades de projecto das mais de 70 pessoas que constituem o painel.

---

<sup>1</sup> **A Cidade Incerta- Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**, Alexandra Castro e outros, 2012, EAPN Portugal. Estudo realizado pelo Dinâmia-CET em parceria com o OLCPL. Relatório disponível em [www.observatorio-lisboa.eapn.pt](http://www.observatorio-lisboa.eapn.pt).

### Cronograma

2014	Meses												
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8	9	10	11	12	
<b>Barómetro (Fase II)</b>													
<b>Preparação do trabalho de terreno, realização de entrevistas, recolha e análise de informação (1)</b>	■	■											
<b>Elaboração do Relatório Final</b>			■	■	■								
<b>Apresentação pública dos resultados</b>						■							

(1) Esta Fase teve o seu início em Outubro de 2013. Nesse mês a equipa responsável pelo estudo, do Dinâmia CET, desenvolveu um trabalho de revisão bibliográfica e definição do guião de entrevista. Nos restantes meses iniciou-se o trabalho de terreno, o qual continua até Fevereiro de 2014.

## **E. Referencial Estratégico da Rede Social de Lisboa**

Em 2013, no seguimento do Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015 aprovado pela Rede Social, a EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza, através do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, foi convidada para coordenar os trabalhos relativos ao Grupo de Missão responsável pela actividade “Elaboração do Referencial Estratégico da Rede Social de Lisboa”, trabalho que iniciou em 2013.

Em 2103 procedeu-se à concepção do Referencial Estratégico, como a seguir se sistematiza, devendo o ano de 2014 ser dedicado à sua operacionalização, tanto no que se refere à articulação com o Plano de Desenvolvimento Social como à montagem do respectivo dispositivo de monitorização e avaliação.

### **1. Concepção do Referencial Estratégico 2013**

Com vista à concepção deste Referencial identificaram-se (1) domínios estratégicos que deverão ser privilegiados na acção futura da Rede Social de Lisboa, (2) critérios de referência que constituem condições que, a serem asseguradas, deverão melhorar a qualidade dos resultados da intervenção por referência ao seu objectivo geral - a promoção da coesão social – e (3) um conjunto de indicadores estratégicos que deverão servir de base à monitorização de cada um dos domínios considerados e conseqüente avaliação dos impactos produzidos neste âmbito <sup>2</sup>.

Sendo a luta contra a pobreza e a exclusão social pano de fundo de toda a estratégia, considerou-se necessário dar relevo a duas recomendações que se mostram determinantes para a boa concepção e avaliação da intervenção:

- ter em conta se o conjunto de medidas a serem implementadas contempla acções efectivas de combate à pobreza, geradoras de recursos próprios e de processos de autonomização, a par de outras de carácter paliativo e de emergência, igualmente necessárias mas de natureza distinta;
- assegurar a capacidade de desenvolver tanto acções especificamente dirigidas à luta contra a pobreza, de carácter reparador e autonomizante, como acções preventivas que ultrapassam em muitos casos as fronteiras do campo social.

<sup>2</sup>Para uma melhor fundamentação dos pontos a seguir expostos ver Relatório Anual 2013 do Grupo de Missão “Referencial Estratégico” elaborado pelo OLCPL.



## 1.1. Domínios estratégicos

Com base numa proposta inicial, e após consultas realizadas no âmbito da Rede Social de Lisboa, foram identificados os seguintes domínios estratégicos:

- a) **Rendimento:** existência de rendimentos que assegurem a aquisição de bens e serviços considerados aceitáveis numa dada comunidade, os quais podem ter origem no trabalho, na propriedade ou no sistema de segurança social, tendo em conta o grau de autonomia – dependência gerado por esses rendimentos;
- b) **Mercado de Trabalho:** *participação no mercado de trabalho com os direitos consignados e não em sectores marginalizados e precários, assegurando não apenas uma fonte de rendimento mas também uma base de sustentação da auto-estima e do sentimento de utilidade;*
- c) **Educação - Qualificação:** *acesso à Educação e a um percurso educativo apropriado e à aprendizagem ao longo da vida, promovendo o acesso à sociedade do conhecimento e da informação;*
- d) **Saúde:** *acesso à saúde, a informação e recursos de prevenção, diagnóstico e tratamento, na medida em que uma saúde deficiente – resultante de más condições de vida, menor informação, menores recursos, maior dificuldade de acesso - é um contributo determinante para a produção, manutenção ou agravamento de situações de pobreza e exclusão;*
- e) **Habitação:** *garantia de uma habitação digna, o que implica acesso à habitação e capacidade de a manter, num território digno, propiciador de relações que enriqueçam o capital social, o que ultrapassa as políticas sociais de oferta de habitação e implica acções integradas de desenvolvimento dos territórios.*

## 1.2. Critérios de referência

Com o intuito de assegurar melhores condições de sucesso que, a serem asseguradas, deverão melhorar a qualidade dos resultados da intervenção por referência ao seu objectivo geral, destacaram-se dois critérios que deverão estar presentes em todo o processo e na sua avaliação.

O primeiro critério, o da **Governança**, que *marca todas as fases*, desde o diagnóstico à avaliação final, passando pela execução e seu acompanhamento, de qualquer medida, plano ou acção, e que garante maiores condições de sucesso face aos objectivos propostos. Deste modo, o sistema de acompanhamento e avaliação dos diversos Grupos de Missão e do Plano de Desenvolvimento Social no seu conjunto, no que se refere a indicadores de estrutura, de execução e de resultados, deverá monitorizar e avaliar a capacidade de promover processos de governação activamente participada e partilhada em torno de um projecto comum.

O segundo critério, da **Efectividade e Equidade**, deverá *marcar a avaliação de resultados* constituindo-se como um critério decisivo que assegura a qualidade da intervenção e a sua capacidade real de promoção de mudança. De facto, uma determinada intervenção social deve ser avaliada, em última análise, pela sua capacidade de alterar efectivamente as condições de vida das pessoas, nomeadamente das mais fragilizadas, pelo que o enfoque sobre a efectividade e a equidade dos seus resultados ergue-se como critério central na avaliação da qualidade da intervenção, já que apenas estas garantem a autonomização dos indivíduos e famílias e asseguram o contributo esperado para a desejada promoção da coesão social na cidade.

### 1.3. Indicadores de Referência

Com vista à monitorização da estratégia definida, de promoção de coesão social na cidade, e tendo em conta os domínios sinalizados, procedeu-se à identificação de um conjunto de indicadores que, para além de obedecerem a características gerais que assegurem a sua qualidade<sup>3</sup>, deverão responder a desafios que se colocam à especificidade de se reportarem à cidade de Lisboa, sempre que possível às suas freguesias, e de pretenderem captar uma realidade que não se esgota nos dados recolhidos e disponibilizados pelas fontes estatísticas oficiais e que, nalguns dos seus aspectos, muda a um ritmo que não é captado por estas.

Devem, por isso, responder aos seguintes desafios:

**Tabela 1. Desafios na selecção de indicadores**

Desafios para selecção de indicadores	Soluções a estudar
<p>Muitas das estatísticas produzidas anualmente em Portugal têm uma dimensão nacional ou regional impedindo identificar situações atípicas ou específicas de um determinado concelho.</p> <p>Dados mais relevantes para a caracterização das freguesias são apenas colectados a cada 10 anos pelos CENSOS, promovidos pelo INE.</p>	<p><i>Substituir esses indicadores, por outros que permitam fazer uma aproximação à informação pretendida, seja por meio de dados de recolha administrativa seja através de estimativas especialmente produzidas com este objectivo.</i></p>
<p>Os dados estatísticos oficiais não captam aspectos fundamentais da realidade tais como as percepções subjectivas dos diversos actores envolvidos.</p>	<p><i>Complementar estes dados com outros, de carácter qualitativo, articulando com estudos e acções promovidas noutros âmbitos por entidades envolvidas na Rede Social de Lisboa ou disponíveis para com ela colaborar (exemplo: Barómetro do OLCPL).</i></p>
<p>Estes indicadores podem não ser suficientemente sensíveis para captar alterações rápidas das condições de vida das pessoas e famílias.</p>	<p><i>Articular com outros que permitam detectar rapidamente sinais sobre a evolução das condições de vida das pessoas e famílias (exemplo, indicadores de alerta do OLCPL)<sup>4</sup>.</i></p>

<sup>3</sup> Características tais como credibilidade, utilidade, comunicabilidade, o que implica serem fiáveis, transparentes e comunicáveis, devendo, asseguradas estas características, serem pertinentes face aos objectivos definidos, abrangentes e relevantes face aos domínios considerados e resistentes a mudanças conjunturais mas sensíveis a alterações estruturais.

<sup>4</sup> Estudo que acompanha ao longo dos anos um painel de pessoas em situação de vulnerabilidade social que é chamado a relatar as suas experiências avaliando a sua situação, seus percursos, perspectivas futuras bem como políticas, medidas e processos em que estão envolvidos e seus resultados. Ver CASTRO, Alexandra, 2012, **A Cidade Incerta, Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa**, Cadernos EAPN, nº 17, Porto.

Estes desafios deverão ser enfrentados gradualmente, ao longo do tempo, ensaiando soluções que enriqueçam a bateria de indicadores que serve de base ao Referencial. Aliás, este conjunto de indicadores não constitui um sistema fechado, devendo caracterizar-se pela suficiente versatilidade para incorporar novos indicadores ou abandonar outros que não cumpram os seus objectivos.

Nesta fase foram seleccionados 76 indicadores, disponibilizados por sete fontes, distribuídos pelas cinco dimensões, classificados quanto ao âmbito geográfico e à sua periodicidade, permitindo a construção da bateria de indicadores de referência (ver Anexo 1), em torno da qual se procederá à operacionalização do Referencial Estratégico. Estes indicadores, para além de cobrirem os domínios seleccionados, deverão, sempre que a informação disponível o permita, ser desagregados por variáveis que possibilitem apurar informação sobre categorias sociais particulares (sexo, idade, situação face ao emprego, nacionalidade ou outras consideradas pertinentes), permitindo abordagens focalizadas.

Terminada esta fase, impõe-se em 2014 prosseguir dois objectivos distintos mas complementares: promover a adequação do PDS ao Referencial Estratégico e a operacionalização do próprio Referencial com base num processo contínuo de monitorização e avaliação.

## 2. Operacionalização do Referencial Estratégico

A operacionalização do Referencial foi precedida, como visto atrás, de um processo que se desenvolveu em 2013 e que consistiu nos seguintes passos:

**Tabela 2. Actividades desenvolvidas em 2013**

Actividades desenvolvidas em 2013
Definição dos domínios estratégicos
Sinalização de indicadores, fontes com identificação de âmbito geográfico e periodicidade
Proposta de bateria de indicadores de referência
Elaboração do 1º Relatório do Grupo de Missão
Reuniões com Grupos de Missão
Participação em sessões de trabalho com o Grupo de Trabalho Área Envelhecimento
Elaboração do 2º Relatório do Grupo de Missão
Concepção da articulação entre Referencial Estratégico e Plano
Concepção da operacionalização do Referencial e das suas condições de realização
Elaboração do Relatório 2013

Para 2014, pretende-se operacionalizar o Referencial Estratégico em dois patamares: o da articulação entre este e as actividades do PDS e o da implementação de um sistema de monitorização e avaliação.

## 2.1. Adequação do PDS 2013-2015 ao Referencial Estratégico

A adequação do PDS 2013-2015 ao Referencial Estratégico deverá ser desenvolvida em duas fases: uma primeira visa assegurar que os critérios de referência definidos sejam tidos em conta em todos os processos avaliativos, e que seja avaliado o contributo das suas actividades e produtos para os domínios estratégicos considerados e o papel que desempenham na promoção do combate à pobreza e exclusão social.

Uma segunda fase passa por integrar no PDS 2013-2015 actividades, que sendo já desenvolvidas no concelho de Lisboa e não se encontrando enquadradas no actual plano, permitam vir colmatar lacunas em alguns dos domínios estratégicos que neste momento se encontram a descoberto.

De facto, sendo certo que os indicadores de impacto, por se referirem a efeitos verificados num contexto mais geral, não permitem isolar o contributo dos efeitos directos da intervenção (por ex., não é possível medir o contributo líquido de uma dada intervenção na variação da taxa de pobreza) é, no entanto, possível avaliar se os resultados de uma determinada acção estão a contribuir para os objectivos estratégicos através da avaliação dos seus resultados, tal como deverá suceder com a avaliação do processo de disseminação dos diversos produtos previstos.

A tabela seguinte permite estimar a intensidade da relação que as acções e os respectivos produtos poderão ter com os domínios estratégicos e critérios de referência. No que respeita aos critérios de referência, em relação à Governança destacando os produtos e acções que mais estão marcados na sua própria concepção por este princípio. No caso da Efectividade e Equidade, realçando os produtos e acções cuja concepção melhor poderá contribuir directamente para resultados marcados por estes critérios.

De sublinhar que o preenchimento desta tabela constitui um exercício provisório com o objectivo de traçar um primeiro esboço do que poderão ser as linhas de cruzamento entre o PDS 2013-2015 e o Referencial Estratégico, devendo ser entendido como uma base para o trabalho futuro a desenvolver com os restantes Grupos de Missão.

Tabela 3. Grelha Cruzamento Referencial - PDS

Plano de Desenvolvimento Social	Domínios					Critérios			
	1	2	3						
	Intensidade de relação 1. Fraca 2. Média 3. Forte			Rendimento	Trabalho	Habituação	Saúde	Educação	Governança
Produtos e Acções									
<b>Carta de Princípios para a Intervenção Social de Lisboa</b>			1	1	1			3	2
Construção de um Modelo de intervenção integrada para a área da violência								3	
Construção de um Modelo de articulação do voluntariado na cidade			1	1	1			3	1
Construção de um Modelo de intervenção integrada para a Pessoa sem Abrigo	1	1	1	1				3	1
Elaboração da Carta Estratégica para as Crianças			1	1	1			3	
Definição de modelos simplex para idosos			1	1				3	3
<b>Política Territorial integrada de equipamentos e respostas sociais</b>								3	1
Carta Social para Lisboa, georeferenciada e actualizada, enquanto instrumento de gestão política e de concertação								3	
Reorganização progressiva dos serviços, de acordo com novo mapa administrativo da cidade								3	
Dossier técnico com propostas e recomendações sobre tipologias <i>standard</i>								3	
Acções de formação (bolsa de formadores ACIDI, IP) sobre diálogo intercultural	1	1	1	1	1			1	1
Carta de Acessibilidade Universal aos equipamentos sociais da cidade									3
Proposta de reorganização de respostas para Pessoas Sem Abrigo			1	1				3	
Avaliação e disseminação do projecto "Transporte Solidário" - transporte gratuito para idosos				1					3
Avaliação e disseminação do projecto "Acolhimento/Apoio a alunos estrangeiros"					1				3
<b>Plano de acesso à Saúde em Lisboa</b>				3				3	3
Modelo de atendimento, acompanhamento e encaminhamento da saúde mental				3				2	3
Modelo descentralizado «da Rede de infraestruturas de equipamentos			1	1	1			3	1
Avaliação da componente de saúde nos projectos de intervenção comunitária				3					3



Implementação da Rede de Cuidados Continuados				3		2	3
<b>Política territorial integrada de intervenção comportamentos aditivos</b>				3		3	1
Promover e divulgar medidas de prevenção de hábitos alimentares de risco, incentivando estilos de vida saudáveis				3			1
Plano de acção articulado para os comportamentos aditivos				3		3	1
<b>Constituição de um cluster de empreendedorismo social</b>	2	3				1	2
Articular respostas sociais com rede de apoios institucionais e financeiros (programas específicos) micro crédito	2	3				2	1
"Incubadora Social de Lisboa"	3	3	1	1	1		2
Fomentar o "marketing social"	1	1	1	1	1	1	1
<b>Plataforma integradora investigação em áreas de inovação social</b>			1	1	1	1	1
Redes institucionais de investigação e intervenção área das Pessoas Sem Abrigo			1	1		3	2
Planos de formação sobre: PSA, Envelhecimento e Crianças			1	1	1		
Avaliação e disseminação do projecto "Dê para Troca" - livros escolares					3		
Avaliação e disseminação do projecto "Desafios Inclusivos" - iniciativas intergeracionais numa cidadania activa			1	1	1		1

Esta grelha, se bem que construída de modo provisório, permite realçar que os produtos e acções presentes no PDS 2013-2015 apresentam uma **ténue relação com os domínios identificados na proposta de Referencial Estratégico (“Rendimento”, “Mercado de trabalho” e “Habitação”)**, facto que deverá merecer análise futura.

Simultaneamente, sublinha a existência de uma **relação forte com o domínio “Governança e Participação”**, sobretudo graças às acções de cooperação e coordenação interinstitucional e de intervenção integrada presentes com forte intensidade em 13 das acções, marcando claramente a maioria dos seus produtos.

Seguindo este pressuposto, o processo de monitorização e avaliação das acções do Plano de Desenvolvimento Social, a ser assegurado pelos Grupos de Missão, deve dar particular ênfase à avaliação dos resultados neste domínio tendo em conta, entre outros aspectos:

- democracia nas tomadas de decisão, planeamento, operacionalização e avaliação nos seus diversos níveis, incluindo o decisório;
- diversidade e complementaridade das parcerias;
- dinamismo de cada parceiro e da parceria no seu todo;
- capacidade operativa da parceria constituída em torno de cada acção e produto;
- envolvimento efectivo e conseqüente das pessoas e comunidades.

De realçar também a existência de **um conjunto de actividades e produtos que, pela sua concepção e previsíveis conseqüências, deverão assumir um papel determinante na garantia da efectividade dos resultados**, nalguns casos junto de categorias sociais particularmente fragilizadas (população sem-abrigo, estrangeiros, idosos) e territórios em risco, **assegurando a desejada equidade** no acesso às oportunidades e a capacidade de delas usufruir. Os Grupos de Missão deverão potenciar este facto acompanhando com especial cuidado os resultados de cada acção e a concepção dos produtos. Em relação a actividades que possam não estar tão directamente vocacionadas para este efeito, será necessário assegurar que os produtos previstos assegurem na sua concepção a centralidade deste critério de referência.

Propõe-se, ainda, que os Grupos de Missão e os restantes envolvidos nas diversas actividades e concepção de produtos realizem um **exercício de reflexão sobre o contributo que os resultados das suas acções deverão trazer do ponto de vista das medidas preventivas/precoces e das reparadoras dirigidas a situações de pobreza e às pessoas que as sofrem**, sinalizando ainda as **medidas de carácter assistencial** que, não contribuindo directamente para a promoção da coesão social, são essenciais, revestindo-se em muitos casos de carácter de urgência, pelo que não devem ser menosprezadas.

Entendem-se as *medidas preventivas* como aquelas que antecipam as causas e intervêm sobre as estruturas geradoras da pobreza e exclusão nos diversos domínios estratégicos aqui considerados, abrangendo a população em geral e, em particular, aqueles que poderão revelar maior risco; as *medidas reparadoras*, por sua vez, como as que intervêm sobre situações de pobreza e exclusão já manifesta, procurando corrigi-las no sentido da integração das pessoas e comunidades; as *medidas de carácter assistencial*, que se revestem muitas das vezes de carácter de urgência, como aquelas que se destinam a acudir a casos de necessidade extrema, desejavelmente pontuais, em torno de necessidades básicas não asseguradas.

Tabela 4. Grelha Carácter das actividades PDS

Acção	Descrição de actividade	Carácter da actividade	Domínios estratégicos	Resultado esperado	A envolver	
					Pessoas	Entidades
Designação da acção como consta do PDS	Breve descrição da actividade concreta (cada acção terá mais de uma actividade)	Preventiva Reparadora Assistencial	Rendimento Mercado de trabalho Educação/Qualificação Saúde Habitação	Breve descrição do resultado esperado com esta actividade concreta <i>(não se trata do resultado da acção no seu conjunto, mas da actividade)</i>	Grupo, "categoria social", das pessoas a envolver em relação às quais se esperam resultados efectivos	Entidades a envolver para assegurar o êxito da acção e / ou que beneficiarão com a acção
Acção	Descrição de actividade	Carácter da medida	Domínios estratégicos	Resultado esperado	A envolver	
					Pessoas	Entidades
Incubadora de iniciativas empresariais	Acolhimento e apoio a empresas na área da tecnologia	Preventiva	Mercado de Trabalho Emprego	Criação de uma empresa Criação de 4 postos de trabalho directos	Jovens recém licenciados	Instituto Superior Técnico
	Acolhimento e apoio a empresas na área da sensibilização ambiental	Reparadora	Mercado de Trabalho Rendimento	Criação de uma empresa Criação de 3 postos de trabalho directos	Ex-reclusos	IRS
	Acolhimento e apoio de cooperativa de apoio à família (saúde e arrumação e pequenas limpezas)	Preventiva Reparadora Assistencial	Mercado de Trabalho Rendimento Saúde	Criação de uma cooperativa Criação de 6 postos de trabalho directos	Jovens recém licenciados (enfermagem e psicologia). Mulheres desempregadas há mais de 24 meses com baixas qualificações formais. Idosos em situação de pobreza	ISPA IEFP SCML

Exemplo fictício

Resumindo, a fase de adequação dos processos avaliativos ao Referencial permitirá detectar lacunas no que se refere ao contributo do PDS para os domínios estratégicos, critérios de referência e contributos específicos na luta contra a pobreza, em particular no que se refere à sua acção preventiva e reparadora, abrindo caminho para a segunda fase que implica a adequação das actividades do PDS 2013-2015 ao Referencial Estratégico.

Assim, nos quatro primeiros meses de operacionalização, o Grupo de Missão do Referencial Estratégico apresentará uma proposta específica neste sentido.

No seguimento deste processo, o relatório anual de 2014 deverá conter recomendações dirigidas ao próximo período de programação com o objectivo de assegurar que as actividades e produtos que vierem a ser propostos para esse período contribuam de forma clara e equilibrada para os domínios estratégicos definidos e para a efectividade dos seus resultados.

## 2.2. Acompanhamento e avaliação

No **domínio da informação**, dever-se-á assegurar a participação de entidades até agora não comprometidas neste processo, mas que são portadoras de informação relevante para os objectivos propostos. Dever-se-á, em simultâneo, assegurar a agilização dos processos de recolha e tratamento de informação, através da definição de mecanismos ágeis de contacto, de procedimentos adequados e da indicação de pessoas de referência (“pontos focais”) que facilitem o trabalho conjunto necessário. Pretende-se, deste modo, estabilizar a rede de fontes que alimentarão a bateria de indicadores e, desta forma, a informação a recolher ao longo do tempo.

A bateria de indicadores, por sua vez, deverá ser complementada no que se refere a dois aspectos: a incorporação de indicadores a serem fornecidos por fontes ainda não comprometidas e, por isso, dependente do envolvimento dessas fontes, e a substituição de indicadores sinalizados, mas que não cumprem o papel pretendido, nomeadamente pelo facto de não transmitirem informação específica sobre o concelho de Lisboa. Esta substituição deverá ser assegurada pela identificação de outros indicadores que contenham informação equivalente ou, em alternativa, pela produção de estimativas que os substituam.

Esta informação, de cariz quantitativo, deverá sempre que possível ser complementada com outra de carácter qualitativo, em particular a que diga respeito à forma como os indivíduos e comunidades enfrentam as condições socioeconómicas em que vivem e ao modo como avaliam as políticas e medidas existentes.

Todo o processo de **monitorização e avaliação** dos indicadores de referência constantes do Referencial Estratégico deverá ser sustentado pelo respectivo Grupo de Missão responsável por este trabalho, em estreita colaboração com a Comissão Executiva da Rede Social de Lisboa. Para tal, o Grupo de Missão deverá alargar a sua composição a entidades estratégicas, em número que não coloque em causa a sua operacionalidade, devendo, como referido, assegurar contacto regular com os restantes Grupos de Missão. Este processo deverá ser registado em relatórios regulares, de periodicidade anual (ano civil), havendo lugar a um ponto de situação intercalar e a um momento de partilha e debate público (em formato de seminário / workshop) a realizar antes da elaboração do relatório anual.

Do relatório anual de 2014 deverá constar não apenas a avaliação sobre os passos dados em direcção à promoção da coesão social na cidade, mas também contribuir para a planificação futura do trabalho da Rede Social de Lisboa através de recomendações dirigidas ao próximo período de planeamento.

Tabela 5. Objectivos, meios e acções 2014

Objectivos	Meios	Acções
Estabilização das fontes de informação	Agilizar processos Assegurar novas fontes Comprometer fontes	Indicação de pessoas de referência (“pontos focais”) Definição de rotinas simples Sensibilização - negociação
Estabilização da bateria de indicadores	Assegurar qualidade dos indicadores	Incorporação de indicadores de novas fontes Encontrar substitutos para indicadores não passíveis de utilização Elaborar estimativas sobre indicadores inexistentes para a cidade Avaliação dos indicadores face aos critérios estabelecidos
Enriquecer análise com dados qualitativos	Articulação com estudos, projectos e iniciativas específicas	Levantamento de estudos Contacto com entidades portadoras de informação pertinente e seu comprometimento
Definição das linhas de coerência entre o PDS e as referências estratégicas adoptadas	Envolvimento dos Grupos de Missão, entidades e técnicos	Sessões específicas de trabalho com os Grupos de Missão (grellhas sugeridas pelo OLCPL) Reuniões regulares com os Grupos de Missão Reuniões com equipas de projecto Reuniões de âmbito territorial
Sistema de acompanhamento e avaliação	Definição de equipas de trabalho Sistematização dos resultados do acompanhamento e avaliação Debate público - Seminário Elaboração de recomendações	Envolvimento de entidades estratégicas no Grupo de Missão Definição de procedimentos e rotinas de trabalho com a Comissão Executiva

As fases a serem prosseguidas em 2014 e respectivo cronograma são as que os quadros seguintes sintetizam:



Tabela 6. Actividades e condições de sucesso 2014

2014	Condições de Sucesso	Crono
Início da fase de operacionalização	Aprovação por parte da Rede Social	-
Estabilização das fontes – estabelecimento de protocolos	Disponibilidade das fontes em assumirem compromisso de colaboração	1º, 2º e 3º meses
Substituição de indicadores em função do seu âmbito geográfico	Sinalização de outros indicadores. Capacidade de elaboração de indicadores calculados com base em estimativas para o concelho	1º, 2º e 3º meses
Articulação com dados qualitativos que complementem os indicadores de referência (estudos, inquéritos, etc.)	Adequação de estudos aos objectivos do Referencial. Disponibilidade das entidades sinalizadas.	1º, 2º e 3º meses
Trabalho conjunto com os restantes Grupos de Missão para reflexão sobre articulação com Referencial Estratégico (Tabelas 2 e 3 deste Relatório)	Capacidade mobilizadora do Grupo de Missão responsável pelo Referencial e disponibilidade dos restantes GM para o trabalho conjunto.	1º, 2, 3 e 4º meses
Articulação regular com os restantes Grupos de Missão	Idem	Todo o período
Estabilização da bateria de indicadores tendo em conta as fontes comprometidas e indicadores de substituição	Depende do resultado das actividades anteriores	4º mês
Recolha dos dados de partida (2011) para cada indicador e primeira alimentação da base de dados – retrato de partida	Capacidade técnica do Observatório	4º mês
Definição dos valores de referência para cada indicador (2020)	Possibilidade de articulação com outras iniciativas estratégicas europeias, nacionais e locais	5º e 6º meses
Início da monitorização	Execução das fases anteriores	7º mês
Apresentação de Relatório anual (ano civil)		Final ano

### Cronograma 2014

2014	Meses							Final ano civil
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	
<b>Actividades Referencial Estratégico</b>								
Início da fase de operacionalização – Aprovação Rede Social	■							
Estabilização das fontes – estabelecimento de protocolos	■	■	■					
Substituição de indicadores âmbito geográfico	■	■	■					
Sinalização – articulação de informação qualitativa	■	■	■	■	■	■	■	
Sessões de trabalho com Grupos de Missão (tabelas 2 e 3)	■	■	■	■				
Articulação com os restantes Grupos de Missão	■	■	■	■	■	■	■	
Estabilização da bateria de indicadores	■			■				
Recolha dos dados de partida (2011) – retrato de partida	■			■				
Relatório intercalar	■					■		
Definição dos valores de referência (2020)	■				■	■		
Início da monitorização	■						■	
Apresentação de Relatório anual (ano civil)	■							■

1. Nota: Seis meses após a elaboração do Relatório anual será elaborado novo relatório intercalar

2. Serão elaborados pontos de situação trimestrais (ano civil) ao abrigo do protocolo existente entre o Observatório e a SCML.

## F. Indicadores de Alerta

O Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, partilhando uma preocupação há muito manifestada por diversos investigadores e entidades envolvidas no combate à pobreza, associada ao contexto de grave crise económica vivida em Portugal, assumiu o compromisso de trabalhar na construção de um sistema de indicadores que permita aumentar a capacidade de antever alterações das condições socioeconómicas das famílias (positivas ou negativas), complementando a informação disponibilizada pelas estatísticas oficiais.

Pretende-se com estes indicadores aferir alterações de hábitos de consumo e de estilos de vida, por reacção a problemas que se sentem ou se antevêm, bem como dificuldades em assumir despesas básicas, antecedendo muitas das vezes situações mais graves que acabam por conduzir ao recurso aos apoios sociais, permitindo agir de modo preventivo e contribuindo também para a avaliação do impacto que as políticas e as medidas adoptadas têm nas condições de vida das populações.

Em 2013 procedeu-se à estruturação da base desta actividade, construindo os alicerces para o seu funcionamento através da identificação das variáveis de análise da qualidade dos indicadores, dos seus patamares e áreas chave.

### 1. Construção da bateria de indicadores (2013)

Sendo certo que o sucesso desta actividade se deve, em boa parte, à qualidade dos indicadores a serem utilizados, o primeiro passo realizado foi o de definir algumas características que devem nortear a sua selecção, nomeadamente:

1. assegurar uma série cronológica suficientemente longa para avaliar a qualidade dos indicadores a serem monitorizados, definindo-se 2008 como ano de partida,
2. a vantagem de todos os indicadores terem uma periodicidade trimestral, admitindo-se a hipótese de trabalhar a informação anual numa fase experimental.
3. reportar-se ao concelho de Lisboa e, preferencialmente, às suas freguesias.

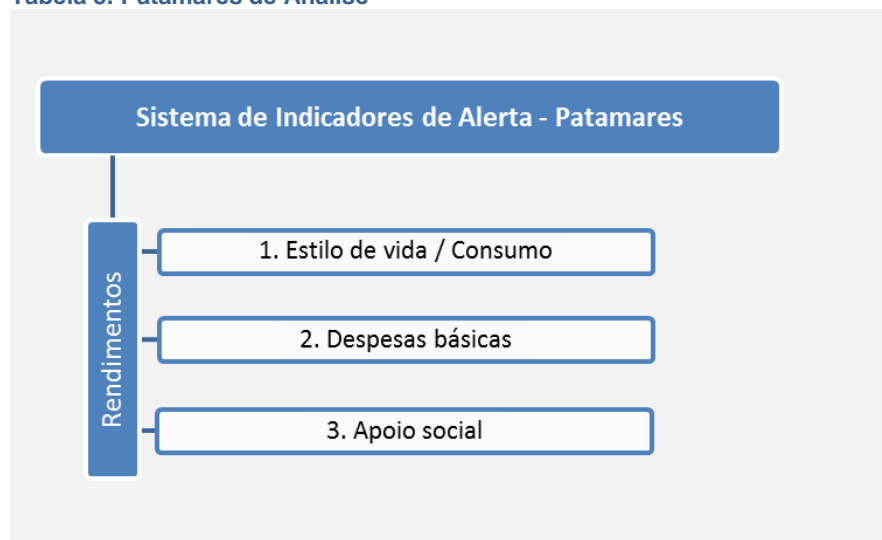
Tabela 7. Variáveis para a análise da qualidade dos indicadores

Variáveis	Classificação
a) Periodicidade	Ano Semestre Trimestre Mês
b) Âmbito territorial	País Região Concelho Freguesias
c) Série histórica passível de análise	Anterior a 2008 2008 2009 2010 2011 2012 2013

Foram definidos três patamares de alerta ditados, sobretudo, por alterações registadas nos **rendimentos** das famílias, área considerada transversal nesta análise:

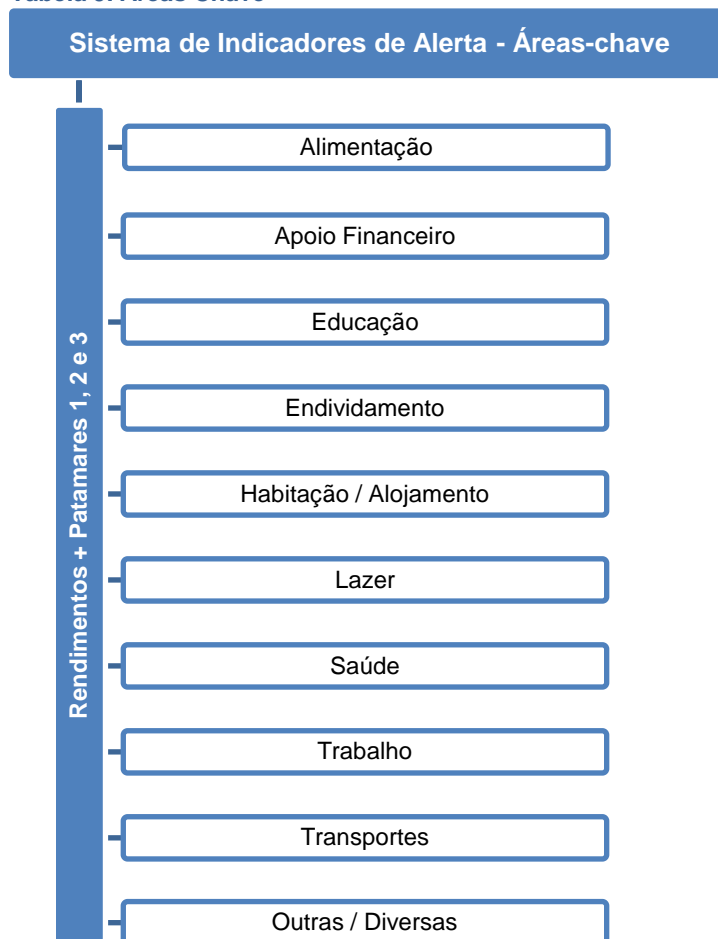
- Um primeiro patamar, que incide sobre **estilos de vida e consumo**, que permite detectar alterações na gestão dos orçamentos familiares face a uma efectiva ou receada redução do rendimento em áreas como, por exemplo, educação, saúde, transportes, lazer.
- Um segundo patamar, que evidencia **dificuldade em assegurar as despesas comprometidas**, como créditos diversos, bem como despesas básicas que se revelam sobretudo nas despesas com habitação (renda ou crédito, água, electricidade, gás), saúde, educação.
- Um terceiro patamar, que permite caracterizar o **recurso aos apoios sociais**, tanto no que se refere à quantidade da procura, como aos motivos e respostas accionadas.

Tabela 8. Patamares de Análise



Após a referência destes patamares foram estabelecidos, para cada um deles, áreas-chave consideradas centrais na vida das famílias e dos indivíduos, tal como o quadro seguinte sintetiza.

Tabela 9. Áreas Chave



Após estabelecida esta articulação, e tendo em atenção que se pretende sinalizar alterações a montante das situações de emergência, foram sinalizados um conjunto de indicadores e respectivas fontes, relacionados com o rendimento e com cada um dos patamares identificadas, totalizando 104 indicadores provenientes de 40 entidades públicas e privadas.

**Tabela 10. Patamares e Áreas Chave**

Patamares e Áreas	Número de indicadores
<b>0. Rendimentos</b>	<b>12</b>
<b>1. Estilo de Vida / Consumo</b>	<b>31</b>
Alimentação	6
Educação	2
Endividamento	2
Habitação / Alojamento	3
Lazer	8
Saúde	3
Trabalho	1
Transportes	6
<b>2. Despesas Básicas</b>	<b>29</b>
Contribuições	1
Educação	5
Habitação / Alojamento	19
Endividamento	3
Saúde	1
<b>3. Apoio Social</b>	<b>35</b>
Alimentação	5
Apoio financeiro	5
Educação	4
Habitação / Alojamento	8
Outras / Diversas	11
Saúde	2
<b>Total Geral</b>	<b>104</b>

Identificados os indicadores e as respectivas fontes, procedeu-se ao processo de envolvimento das entidades sinalizadas através de um processo perseverante que, apesar dos resultados alcançados, alguns deles muito positivos, não foi isento de dificuldades, tal como o quadro seguinte sistematiza.



**Tabela 11. Recolha de informação – dificuldades e soluções**

Dificuldades	Soluções aconselhadas
Incapacidade de resposta por parte de algumas fontes contactadas pelos procedimentos formais exigidos, inexistência de procedimentos internos de rotina, escassez de recursos humanos, não identificação de pessoa/departamento a contactar	<i>Definição de pessoas de referência (“pontos focais”)</i> <i>Criação de rotinas simples</i> <i>Maior sensibilização para os objectivos da colaboração / maior envolvimento</i>
Assegurar as séries cronológicas pretendidas pela inexistência de dados	<i>Substituição por outros indicadores, uma vez esgotada a possibilidade de reconstituir essas séries</i>
Assegurar as séries cronológicas pretendidas pela interrupção na cedência dos dados <sup>5</sup>	<i>Encontrar, em conjunto com as fontes, modo de ultrapassar esta situação de forma célere</i>
Inexistência de informação desagregada ao nível concelhio	<i>Substituição por outros indicadores / elaboração de estimativas para a cidade de Lisboa</i>

Apesar destas dificuldades foi possível recolher um conjunto de dados que permitem avançar para uma fase posterior dos trabalhos a ser desenvolvida em 2014 (ver Anexo 2). Os dados estão já disponibilizados com acesso livre no *site* do Observatório (salvo casos em que o contrário tenha sido solicitado), depois de sujeitos a tratamento e análise estatística<sup>6</sup>.

Assim, em síntese, em 2013 asseguraram-se as seguintes fases do projecto:

**Tabela 12. Fases de implementação - 2013**

Sistema de Indicadores de Alerta - Fases de implementação	
<b>2013</b>	<p>Definição de dimensões de análise (emprego, habitação, saúde, etc.) e avaliação da abrangência dos indicadores face às dimensões que se pretende analisar garantindo que todas as dimensões se encontram cobertas;</p> <p>Envolvimento de fontes de informação (parceiros do sistema);</p> <p>Sinalização de indicadores pelas entidades parceiras e selecção dos indicadores mais adequados ao Sistema</p> <p>Construção de bateria de indicadores (primeira versão)</p>

<sup>5</sup> É o caso da cooperação estabelecida entre o *Instituto de Informática, IP* e o Observatório que permitiu em 2011 compilar informação relativa às diversas prestações sociais com âmbito geográfico concelhio e por freguesias desde 2008. Esta colaboração, contudo, foi interrompida em 2012, fruto de alterações registadas nos procedimentos definidos pela Segurança Social, não tendo até agora sido retomada

<sup>6</sup> Em ([http://observatorio-lisboa.eapn.pt/noticias\\_visualizar.php?ID=640](http://observatorio-lisboa.eapn.pt/noticias_visualizar.php?ID=640)).

O atraso verificado nalgumas fases, devido aos constrangimentos acima mencionados, deverá ser recuperado no início de 2014, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de articulação com todas as fontes de informação e, por consequência, à estabilização da bateria de indicadores a ser testada.

De qualquer modo, a análise da informação recolhida, que deu origem à bateria de indicadores agora existente, permitiu avaliar a viabilidade técnica da construção de um índice que sintetize o conjunto dos indicadores, facilitando a análise longitudinal essencial para os objectivos propostos. Esta avaliação <sup>7</sup> revelou-se positiva deixando, portanto, como um dos objectivos a prosseguir em 2014 a construção de um índice que, após o seu teste e validação, deverá ter um papel estruturante no sistema de indicadores de alerta.

## 2. Operacionalização do sistema (2014)

Para 2014 pretende-se, num primeiro momento proceder à estabilização do sistema de informação que comporta duas vertentes: a rede de fontes de informação, que alimenta o sistema, e a qualidade da informação recolhida.

O primeiro passo a assegurar em 2014 é o de apurar a qualidade da rede de informação que alimenta a bateria de indicadores construída. Para tal é necessário agilizar os procedimentos com as entidades que já colaboram com o Observatório, definindo pessoas de referência (“pontos focais”), concebendo rotinas simples, sensibilizando-as e comprometendo-as para a importância da sua participação em todo o processo. Simultaneamente, há que assegurar a informação em falta através do envolvimento de algumas fontes cuja colaboração não foi ainda possível assegurar.

Garantida a informação desejada, há que realizar um primeiro teste à qualidade dos indicadores procedendo a uma triagem no sentido de apurar aqueles que melhor respondem às características referenciadas como sendo determinantes para a sua selecção: periodicidade, série cronológica, regularidade na cedência de dados por parte da fonte, referência ao concelho de Lisboa. No caso dos indicadores que não revelem estas características dever-se-á estudar em conjunto com a respectiva fonte formas de o corrigir. Em caso de impossibilidade, estes indicadores deverão ser substituídos por um equivalente ou por estimativas, sempre que tal seja possível.

Um segundo teste aos indicadores deverá ser realizado na fase de tratamento da informação. Com base na reconstituição das séries cronológicas, a terem início em 2008, de preferência de frequência trimestral admitindo-se a frequência anual em fase de pré-teste, será avaliado o seu comportamento face à evolução mais geral das condições socioeconómicas verificadas neste período. A robustez do indicador (não revelar flutuações constantes por circunstâncias de conjuntura) bem como a sua reacção a momentos chave (ter sensibilidade a mudanças de relevo) serão avaliadas nesta fase e deverão constituir um dos factores decisivos a ser avaliado. As séries cronológicas devidamente analisadas serão o primeiro resultado do tratamento de informação.

Definida a rede de fontes e testada a qualidade da informação recolhida, garante-se a estabilização da bateria de indicadores, instrumento nuclear de todo o sistema. Obviamente que em função da análise regular da informação, da evolução da conjuntura e da avaliação dos produtos pelos seus utilizadores, este conjunto de indicadores poderá sempre sofrer alterações ao longo do tempo.

---

<sup>7</sup> Para a qual se contou com a colaboração do Prof. Carlos Farinha Rodrigues, consultor do Observatório para esta actividade.

Estabilizada a bateria de indicadores dever-se-á avançar para a constituição de um índice que agregue os indicadores que se mostrarem mais adequados aos objectivos definidos.

Este índice, por sua vez, deverá ser ele próprio testado com base na análise do seu comportamento desde 2008, tendo como referência a necessidade de revelar sensibilidade (altera-se com alterações significativas dos indicadores que o constituem), robustez (não se altera bruscamente por haver flutuação em apenas um ou alguns indicadores) e adequação (dá conta das modificações que se pretendem monitorizar de forma a responder às questões que motivaram a sua construção).

Assegurado o funcionamento da rede de fontes de informação, a qualidade dos indicadores recolhidos, a construção de séries cronológicas e de um índice sintetizador da informação, deverá ser iniciada a fase de produção de resultados (outputs do projecto) tanto através da análise da evolução das variáveis utilizadas (indicadores e índice) e da apreciação da sua influência nos patamares e áreas-chave definidos, como através do lançamento de alertas que se justifiquem.

Estes resultados permitirão caracterizar aspectos relevantes na evolução da situação das pessoas em situação ou em risco de pobreza de modo até agora difícil de concretizar, tanto pela dispersão e pouca visibilidade de muita da informação, como pela inexistência ou indisponibilidade de dados sobre Lisboa, limitações que agora se pretende ultrapassar.

Sublinhe-se que os outputs a serem produzidos resultarão do cruzamento de dados estatísticos de fontes oficiais, ou estimativas produzidas em função desses dados, com outros de cariz administrativo recolhidos por um leque diversificado de entidades, analisados no seu conjunto com o apoio dos resultados de informação qualitativa oriunda de estudos e projectos, resultando num acervo de informação único e actual sobre Lisboa e a sua população [1].

Sendo marcados pela sua especificidade e actualidade, os resultados deverão também ser caracterizados pela sua utilidade.

De facto, estes resultados permitirão apurar a qualidade de informação que sustenta os diagnósticos e processos de decisão, planeamento e avaliação assim como fundamentar junto de outras instâncias, nacionais ou europeias, as necessidades específicas do concelho de Lisboa no domínio da luta contra a pobreza e exclusão social.

Possibilitará, em simultâneo, dotar as organizações que actuam na cidade de um conhecimento actual e fundamentado sobre mudanças e tendências que exigem respostas céleres. Aliás, o sistema de recolha e tratamento de informação permite incorporar novos dados e fontes de informação o que torna possível adaptar-se com facilidade a mudanças conjunturais e às necessidades que venham a sentir ao longo do tempo as organizações que actuam na cidade.

Os resultados apurados e todo o processo que os origina deverão ser registados em dois relatórios por ano, um reportado a Junho e outro a Dezembro, para além da disponibilização regular de informação online e de outros mecanismos de divulgação que venham a ser adoptados.

Em resumo, as fases previstas para 2014 são as seguintes:

---

[1] A articulação com a informação constante dos indicadores do Referencial Estratégico potenciará esta característica.

Tabela 13. Objectivos, meios e acções 2014

Acções	Meios	Objectivos
Indicação de pessoas de referência (“pontos focais”) Definição de rotinas simples Sensibilização	Agilizar processos Assegurar novas fontes Comprometer fontes	Estabilização do sistema de informação (*)
Incorporação de indicadores de novas fontes Encontrar substitutos para indicadores não passíveis de utilização Elaborar estimativas sobre indicadores inexistentes para a cidade Avaliação dos indicadores face aos critérios definidos	Assegurar qualidade dos indicadores	Estabilização da bateria de indicadores
Construção de séries cronológicas dos indicadores Construção do índice e construção da sua série cronológica Teste do índice	Proceder à análise do período 2008 - 2014	Primeiros resultados
Elaboração do primeiro retrato da situação	Produção da primeira análise aos resultados obtidos	Tratamento regular de informação e sua disponibilização <i>online</i> ; relatórios

(\*) – Actividade iniciada em 2013

Estas fases deverão ser desenvolvidas de acordo com o seguinte cronograma.

**Cronograma Indicadores de Alerta 2014**

2014 Actividades Indicadores de Alerta	Meses											
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8	9	10	11	12
Estabilização do sistema de informação												
Estabilização da bateria de indicadores												
Primeiros resultados - análise do período 2008 - 2014												
Tratamento regular da informação												
Relatório semestral (*)												
Pontos de situação <i>online</i>												
Relatório Anual (**)												

(\*) – O relatório semestral, reportado a Junho, deverá ser elaborado até 31 de Julho de modo a abordar informação referente aos dois primeiros trimestres do ano.

(\*\*) – O relatório anual, reportado a Dezembro, deverá ser elaborado até 31 de Janeiro de 2015 de modo a abordar informação referente aos quatro trimestres de 2014.

## G. Prioridade temática 2014: Pobreza Infantil

O Observatório de Luta contra a Pobreza tem desenvolvido ao longo dos seus anos de existência uma actividade marcada pelo aprofundamento do conhecimento das condições socioeconómicas da população da cidade de Lisboa, em particular dos seus sectores mais desfavorecidos, sistematizando informação pertinente, trabalhando-a e promovendo a reflexão sobre ela de forma alargada e participada.

Neste sentido, o Observatório tem procedido à recolha e sistematização de um conjunto muito alargado de informação, com base nos dados censitários, em informação sectorial e em registos administrativos disponibilizados pelos serviços centrais do Estado, em áreas como a demografia, desemprego, prestações sociais, habitação e educação, o que permitiu produzir séries cronológicas que promovem o conhecimento e a reflexão sobre a realidade socioeconómica do Concelho, garantindo a possibilidade de uma análise diacrónica e a sua comparabilidade com outros territórios. Este trabalho deu origem a dois Relatórios do Observatório, um em 2007 (com actualização em 2009) e outro em 2011<sup>8</sup>.

Também no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a pobreza, dando protagonismo àqueles que a sofrem, o Observatório deu início no mesmo ano ao Barómetro de pessoas em situação de vulnerabilidade, iniciativa que implica um estudo continuado ao longo dos anos junto de um painel de mais de sete dezenas de famílias, no sentido de conhecer melhor e tipificar processos de vulnerabilização e, em simultâneo, avaliar políticas dando voz aos mais interessados – as pessoas em situação de vulnerabilidade -, originando um estudo aprofundado publicado em 2012 sob o título *A Cidade Incerta*<sup>9</sup>. Encontra-se neste momento em fase inicial a realização de um segundo momento de contacto com as famílias participantes, de modo a garantir a análise temporal que se pretende continuar a assegurar nos próximos anos (ver ponto D. Barómetro de Pessoas em Situação Vulnerável (Fase II), pág. 7).

Foi ainda editado em 2012 um estudo sobre as empresas e os rendimentos dos trabalhadores por conta de outrem nas freguesias da cidade de Lisboa, entre os anos 2003 a 2009, que sistematiza a caracterização sociodemográfica desses trabalhadores e seus rendimentos, permitindo estudar a desigualdade de remunerações no Concelho e a sua relação com variáveis como o sexo, habilitações e idade. Este estudo permitiu construir uma tipologia dos estabelecimentos económicos nas freguesias de Lisboa, segundo a sua dimensão, ganho médio mensal e actividade económica, dando origem ao relatório “Desigualdade de Remuneração nas Freguesias do Concelho de Lisboa (2003-2009)”<sup>10</sup>.

Em paralelo com estas abordagens temáticas mais aprofundadas, e tendo em conta o vasto conjunto de informação recolhida e sistematizada regularmente, o Observatório optou, em 2011, pela definição de um tema a ser alvo de um acompanhamento focalizado ao longo do ano que permitisse a recolha de informação específica e o aprofundamento da existente, fomentando o debate, a reflexão e a produção de recomendações para o futuro.

---

<sup>8</sup> Relatórios disponíveis em [www.observatorio-lisboa.eapn.pt](http://www.observatorio-lisboa.eapn.pt).

<sup>9</sup> *A Cidade Incerta- Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*, Alexandra Castro e outros, 2012, EAPN Portugal. Estudo realizado pelo Dinâmia-CET em parceria com o OLCPL. Relatório disponível em [www.observatorio-lisboa.eapn.pt](http://www.observatorio-lisboa.eapn.pt).

<sup>10</sup> *Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)*, elaborado por Margarida Carvalho e Renato Miguel Carmo, Observatório das Desigualdades, com quem o OLCPL desenvolveu este trabalho, disponível em [www.observatorio-lisboa.eapn.pt](http://www.observatorio-lisboa.eapn.pt). A continuidade deste estudo, de modo a ir acompanhando a evolução destas variáveis ao longo dos anos, dependerá do ritmo de disponibilização dos dados dos Quadros de Pessoal por parte do Ministério do Trabalho.

Nesse ano o Observatório definiu como essa prioridade temática a Habitação, sistematizando as políticas e programas de habitação no município de Lisboa e trabalhando um conjunto de dados sobre o parque habitacional da cidade e seus residentes.

Em simultâneo com o tratamento da informação disponível, promoveu o debate colectivo sobre a articulação entre as políticas sociais e as políticas de habitação em torno dos “Encontros do Observatório” (ver ponto C. Encontros do Observatório, pág.6) nos quais foi discutido o problema da Habitação de forma multidimensional juntando, nas quatro sessões realizadas, investigadores, representantes de instituições, pessoas que se encontram em situação vulnerável e entidades locais decisoras e responsáveis pela elaboração de políticas de habitação. Este processo de auscultação e debate deu origem a um Caderno Temático no qual está compilado e comentado um largo conjunto de informação e sistematizado um leque de recomendações nascidas da reflexão e do debate suscitado entre os todos os participantes neste processo.<sup>11</sup>

Na sequência desta iniciativa, e com o mesmo objectivo de focalizar a atenção sobre um tema específico ao longo do ano, o Observatório definiu como prioridade temática para 2014 a pobreza infantil, problema que, pela sua visibilidade, intensidade, extensão e persistência, tem suscitado forte preocupação ao nível europeu, tendo mesmo sido declarada uma prioridade da União Europeia no âmbito da Estratégia 2020, bem como entre o vasto leque de pessoas e organizações que promovem a luta contra a pobreza na cidade de Lisboa.

Recorde-se que, segundo os últimos dados disponíveis referentes a 2011 (recolhidos em 2012), no nosso país mais de meio milhão de menores de 18 anos viveriam em situação de pobreza não fossem as transferências sociais que, mesmo assim, não são suficientes para retirar dessa situação cerca de 400 mil jovens e crianças. Aliás, o risco de pobreza e exclusão social entre os menores atinge em Portugal quase três em cada dez jovens (28,6%), sendo esta a faixa etária em que menos diminuiu o risco de pobreza nos últimos anos e a que, desde 2007, regista a taxa de risco de pobreza mais elevada, superando mesmo a verificada entre os mais idosos.

Tal facto leva a que a presença de crianças aumente consideravelmente o risco de pobreza entre os agregados familiares, verificando-se uma taxa de risco de pobreza mais elevada no total das famílias com menores dependentes (20,4%), face aos agregados sem crianças dependentes (15,2%). É igualmente nas famílias com maior número de crianças (três ou mais) que taxa de pobreza tem maior incidência, registando-se nestas famílias uma taxa de risco de pobreza 2,5 vezes superior (41,2%) às famílias com dois adultos e uma criança (16,2%) Também no que se refere às famílias com apenas um adulto, a presença de crianças eleva fortemente o risco de pobreza. Em 2011, nestas famílias quando não existem crianças a taxa de pobreza é de 24,2%, enquanto nos agregados nos quais pelo menos uma criança está presente, esse valor sobe para 30,5%.

Vários outros indicadores poderiam ser referidos, mas estes são suficientes para realçar a dimensão e intensidade da pobreza infantil nalguns dos seus aspectos, que justificam a elaboração de uma estratégia de intervenção especificamente dirigida às crianças em situação de risco. Também a Estratégia Lx-Europa 2020 que define a intervenção junto desta população como prioritária.

Este compromisso implica, obviamente, o aprofundamento do conhecimento sobre a pobreza infantil na cidade de Lisboa e formas de a combater.

---

<sup>11</sup> Caderno Temático inserido no Relatório (OLCPL-2011), disponível em [www.observatorio-lisboa.eapn.pt](http://www.observatorio-lisboa.eapn.pt).



## 1. A Pobreza Infantil na Cidade de Lisboa

### 1.1 Constrangimentos a ultrapassar

O aprofundamento do conhecimento sobre a pobreza infantil em Lisboa e formas de a combater enfrenta diversos obstáculos que urge ultrapassar. Uns referentes à informação disponível, outros à identificação e tipificação de iniciativas relevantes que se desenvolvem na cidade, em grande número e promovidas por um vasto leque de entidades e, por fim, outros ainda que remetem para mecanismos de reflexão, debate e acção articulada e transversal no domínio do combate à pobreza.

Em primeiro lugar, a **dispersão a que estão sujeitos os dados disponíveis**, um obstáculo comum a muita informação, é particularmente relevante quando falamos de problemas multidimensionais como o da pobreza. De facto, sectores como a educação, justiça, saúde, habitação, acção social, fundamentais para conhecer e monitorizar a pobreza infantil, possuem informação relevante mas sectorializada, dispersa por ministérios e seus departamentos, autarquias e seus serviços, entidades e comissões, sendo de difícil acesso e sistematização.

Em segundo lugar, o facto de os indicadores utilizados pelo sistema nacional de estatística (INE), e que alimentam o sistema europeu (EUROSTAT), serem apurados com base na aplicação de inquéritos por amostra representativa que não é suficientemente fina para abranger os municípios, ficando-se pelo nível nacional ou regional. Desta forma, dados fundamentais como a taxa de risco de pobreza e de exclusão social, são **indicadores desconhecidos na cidade de Lisboa** em qualquer escalão etário, incluindo entre as crianças e jovens. Acresce que, quando se fala de pobreza infantil assume-se como unidade de observação a criança ou jovem, mas a unidade de medida é o seu agregado familiar, pelo que os dados referentes a esses agregados são incontornáveis na caracterização da pobreza infantil e vários deles, referentes aos rendimentos e ao emprego, não se encontram disponíveis ao nível concelhio sendo estimados anualmente pelo INE através do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) e do Inquérito ao Emprego a nível regional ou nacional.

Em terceiro lugar, o necessário enfoque sobre as crianças, e não sobre o seu agregado familiar, sustenta muitas das vezes **acções direccionadas para as consequências mais do que causas da pobreza**, remetendo para acções de carácter paliativo e de emergência, as quais, se bem que necessárias e incontornáveis, não atacam directamente as causas do problema, não o corrigem nem o previnem. Esta constatação não deve fazer diminuir a importância das medidas de efeito mais imediato até porque, para além da necessidade que as justifica no curto prazo, podem também contribuir para efeitos de médio e longo prazo (por exemplo, a alimentação de uma criança assegura-lhe uma necessidade imediata mas pode também contribuir para melhoria do seu desempenho escolar, das suas condições de saúde futuras, etc.). No entanto, a pressão exercida pela necessidade de resposta urgente faz com que por vezes se perca com aparente facilidade a perspectiva de médio e longo prazo necessária à erradicação da pobreza o que torna mais difícil a tipificação e avaliação das intervenções no sentido de apurar se, e até que ponto, promovem efectivamente o combate à pobreza, independentemente de outras virtudes que possuam.

Em quarto lugar, a **insuficiência de fóruns locais, com funcionamento efectivo e regular**, que reúnam os actores mais envolvidos na luta contra a pobreza, organizações e pessoas, entidades públicas e privadas, em espaços de reflexão e debate, decisão e acção, responsabilização e prestação de contas, que permitam a avaliação dos processos e a programação estratégica das intervenções de modo a potenciar as suas condições de sucesso.

Em quinto lugar, a **dificuldade em incorporar nas políticas sectoriais medidas de luta contra a pobreza infantil**, de forma explícita e controlada (consciente), coerentemente articuladas, de



forma a assegurar a necessária transversalidade sectorial que a erradicação da pobreza infantil requer.

Em sexto lugar, acções de curto prazo, de efeitos imediatos, parecem muitas das vezes desarticuladas com outras de médio e longo prazo, de efeitos geracionais. Esta situação, como a falta de transversalidade referida no ponto anterior, são em boa parte facilitadas pela **inexistência de uma estratégia nacional e local de luta contra a pobreza e a exclusão social** que dê coerência às diversas intervenções, reforçando a eficácia e eficiência das acções constituindo-se como referencial para os processos de acompanhamento e avaliação.

## 1.2 Plano de acção 2014

Face a estes constrangimentos, o Observatório irá desenvolver em 2014 um conjunto de acções que pretendem contribuir para os minimizar.

### **a) Sistematização da informação e aprofundamento do conhecimento sobre a pobreza infantil em Lisboa** garantindo:

- Recolha da informação dispersa pertinente para a caracterização da pobreza infantil na cidade de Lisboa, tanto oriunda de organismos produtores de estatística como de fontes administrativas nacionais e locais, bem como de estudos realizados sobre esta questão.
- Sinalização de informação que permita substituir os indicadores utilizados a nível nacional e europeu, mas inexistentes para a cidade de Lisboa. No caso de se verificar que essa substituição não é possível, deverá ser estudada a hipótese de elaborar estimativas.
- Sistematização da informação numa única plataforma a disponibilizar no site do Observatório.
- Análise da informação e elaboração de sínteses facilitadoras da caracterização da situação e promotoras do debate e reflexão entre todos os envolvidos.

Esta actividade deverá ser promovida em harmonia com as acções *Referencial Estratégico da Rede Social de Lisboa* (ver pág. 8) e *Indicadores de Alerta* (ver pág. 20).

### **b) Levantamento e análise das respostas existentes no território, suas limitações e potencialidades:**

- Definição de critérios para o levantamento de iniciativas pertinentes para a caracterização da capacidade de resposta ao problema da pobreza infantil na cidade;
- Sinalização de organizações, projectos e iniciativas e sua caracterização;
- Sinalização de virtualidades e limitações.

Esta actividade deverá ser desenvolvida em articulação com a acção *Caracterização de entidades e projectos* (ver pág.4).

### **c) Contributo para estratégia de luta contra a pobreza infantil**

- Promoção da reflexão e debate a nível local em torno da informação sistematizada e da realidade do território, direccionada para a definição de propostas e recomendações com vista a melhorar a acção desenvolvida nesta área
- Contributo para a definição de uma estratégia de combate à pobreza infantil em Lisboa, articulada com as orientações de referência a nível europeu, como a Estratégia Europa

2020 e o Quadro Estratégico Comum (2014-2020), e a nível local, como a Carta Estratégica 2020, Estratégia Lx-Europa 2020 e o Referencial Estratégico da Rede Social de Lisboa.

Esta actividade deverá ser desenvolvida em articulação com a acção *Encontros do Observatório* (ver pág. 6), *Referencial Estratégico da Rede Social de Lisboa* (ver pág. 8) e *Barómetro de pessoas em situação vulnerável* (pág.7).

Tabela 12. Estudo pobreza infantil 2014

Objectivos	Constrangimentos	Actividades	Resultados / produtos
Caracterização da pobreza infantil na cidade de Lisboa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dispersão da informação por um número elevado de fontes</li> <li>2. Indicadores desconhecidos para a cidade de Lisboa</li> </ol>	<p>Recolha e sistematização de indicadores</p> <p>Substituição de indicadores inexistentes para a cidade por outros equivalentes</p> <p>Elaboração de estimativas para indicadores em falta</p>	<p>Plataforma única de dados sistematizados</p> <p>Análise da informação e sínteses</p>
Sinalização de limitações e potencialidades das repostas presentes no território	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Acções com enfoque na resposta paliativa e de emergência em detrimento de acções reparadoras e de prevenção</li> </ol>	<p>Sinalização de organizações, respostas, projectos e iniciativas desenvolvidas em Lisboa</p>	<p>Fichas de entidade e projecto</p>
Contributo para estratégia de combate à pobreza infantil	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Insuficiência de fóruns locais com funcionamento efectivo e regular</li> <li>5. Dificuldade em incorporar nas políticas sectoriais medidas de luta contra a pobreza infantil</li> <li>6. Inexistência de uma estratégia nacional e local de luta contra a pobreza e a exclusão social</li> </ol>	<p>Promoção de fóruns de debate com especialistas, técnicos, organizações de diversas áreas e pessoas em situação de vulnerabilidade</p>	<p>Síntese de contributos para diagnóstico e recomendações</p>

Tratando-se de um estudo exploratório, é possível que o trabalho desenvolvido em 2014 dê origem a uma segunda fase, a realizar em 2015, fruto da eventual necessidade, e possibilidade, de reforçar o estudo sobre alguma ou algumas das áreas que se venham a identificar como passíveis de aprofundamento no âmbito de trabalho do Observatório.

# ANEXOS

# **1. Cronograma 2014**

2014		Meses											
Actividades		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8	9	10	11	12
<b>A. Actividades de sistema</b>													
Recolha, sistematização e tratamento de informação													
Actualização dados novas freguesias de Lisboa													
Estabelecimento de protocolos de parceria													
Fichas de projecto													
<b>B. Comunicação externa</b>													
<b>C. Encontros do Observatório</b>													
Realização de Encontros													
Conclusões e Recomendações													
<b>D. Barómetro</b>													
Trabalho de terreno, entrevistas, recolha e análise de informação													
Elaboração do Relatório Final													
Apresentação pública dos resultados													
<b>E. Referencial Estratégico (1)</b>													
Estabilização das fontes, da bateria de indicadores, dados de partida e referência													
Monitorização													
Relatórios													
<b>F. Indicadores de Alerta</b>													
Estabilização do sistema de informação e da bateria de indicadores													
Primeiros resultados 2008 - 2014													
Tratamento regular da informação – monitorização													
Pontos de situação e Relatório													

**G. Prioridade temática “Pobreza Infantil”**



(1) Esta actividade apenas terá início após aprovação pela Rede Social da proposta apresentada. Este cronograma prevê a sua aprovação em Março de 2014.

## **2. Indicadores de Referência do Referencial Estratégico**



Indicador	Nível geográfico	Fonte	Disponível em	Periodicidade
<b>A. Rendimento / meios de vida</b>				
Ganho médio per capita dos trabalhadores por conta de outrem com contrato	Freguesia	MTSS	Quadros de pessoal	Anual
Beneficiários do RSI	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Prestação média dos beneficiários do RSI	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Prestação média das famílias beneficiárias do RSI	Freguesia	ISS, IP	Protocolo	Trimestral
Proporção de beneficiários do RSI no conjunto da população	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do Subsídio de Desemprego	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego Subsequente	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Beneficiários do CSI	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Pensionistas, por tipo de pensão social (velhice, invalidez, sobrevivência)	Freguesia	ISS, IP	Definir em Protocolo	Trimestral
Poder de compra per capita	Município	INE	Estudos	Bienal
Proporção de poder de compra	Município	INE	Estudos	Bienal
Titulares de abono de família por escalão	Município	II, IP	Protocolo	Trimestral
Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Distribuição do rendimento disponível por adulto equivalente (RAE) por decis e quintis (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE) por principal fonte de	NUT I	INE	ICOR	Anual
Distribuição dos rendimentos - Coeficiente de Gini (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Indicadores de desigualdade S80/S20 e S90/S10	NUT I	INE	ICOR	Anual
Pessoas com rendimento abaixo do limiar da pobreza (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de risco de pobreza depois de transferências sociais (*)	NUT I	INE	ICOR	Anual

Indicador	Nível geográfico	Fonte	Disponível em	Periodicidade
Taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de intensidade da pobreza	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de privação material	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de privação material severa (*)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Intensidade da privação material	NUT I	INE	ICOR	Anual
Pessoas a viver em agregados familiares com baixa intensidade de trabalho (*)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Pessoas em situação de pobreza consistente	NUT I	INE	ICOR	Anual
<b>B. Mercado de trabalho</b>				
Empresas existentes	Freguesia	MTSS	Quadros de pessoal	
Casais desempregados	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral
Desempregados de longa duração	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral
Desempregados de muito longa duração	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral
Desempregados sem acesso a subsídio de desemprego	Freguesia	IEFP	Protocolo	Trimestral
Agregados com muito baixa intensidade de trabalho (*) (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de emprego (*)	NUT II	INE	Estatísticas emprego	do Trimestral
Taxa de emprego para a população (20-64 anos)	NUT I	INE	Estatísticas emprego	do Trimestral
Taxa de actividade (15 e mais anos)	NUT II	INE	Estatísticas emprego	do Trimestral
Taxa de desemprego	NUT II	INE	Estatísticas emprego	do Trimestral
Taxa de desemprego de longa duração (**)	NUT II	INE	Estatísticas emprego	do Trimestral
Taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos)	NUT II	INE	Estatísticas	do Trimestral

Indicador	Nível geográfico	Fonte	Disponível em	Periodicidade
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	NUT II	INE	emprego Estatísticas do emprego	Trimestral
<b>C. Habitação</b>				
Pedidos de atribuição de habitação pública, por zona de residência	Freguesia	CML		Trimestral
Pedidos de atribuição de habitação pública, por tipo de alojamento e regime de propriedade (pública ou privada)	Freguesia	CML		Anual
Pessoas envolvidas nos pedidos de atribuição de habitação pública	Freguesia	CML		Trimestral
Fogos para habitação pública	Freguesia	CML		Anual
Pessoas residentes em habitação pública	Freguesia	CML		Anual
Agregados familiares residentes em habitação pública	Freguesia	CML		Anual
Alojamentos sobrelotados	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal
Alojamentos sublotados	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal
Edifício recuperados no âmbito do "Reabilita primeiro, paga depois"	Freguesia	CML		Trimestral
Fogos devolutos	Freguesia	CML		Anual
Fogos com famílias abrangidas pelo programa "Rendas convencionadas"	Município	CML		Trimestral
Candidatos a programa "rendas convencionadas" / total de fogos	Município	CML		Trimestral
Pessoas sem abrigo sinalizadas	Município	CML		Trimestral
Taxa de sobrelotação da habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de privação severa das condições de habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual
Taxa de sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual
População em risco de pobreza com sobrecarga das despesas de habitação	NUT I	INE	ICOR	Anual
<b>D. Saúde</b>				
Pessoas com problemas de saúde prolongados e dificuldades na realização de actividades básicas	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal

Indicador	Nível geográfico	Fonte	Disponível em	Periodicidade
Pessoas com dificuldade ou que não conseguem realizar pelo menos uma das 6 actividades do dia-a-dia	Freguesia	INE	Recenseamento Geral	Decenal
Taxa de mortalidade infantil	Município	INE		Anual
<b>E. Educação</b>				
Capacidade instalada de creche	Distrito	CNE		Anual
Taxa de abandono escolar precoce (*)	Freguesia	CNE		Anual
Taxa de analfabetismo	Freguesia	INE		Decenal
Alunos beneficiários dos escalões A e B da ASE	Município	CML		Anual
Taxa de insucesso escolar	Município	CNE		Anual
Taxa de escolarização	Município	CNE		Anual
Taxa de escolarização (bruta e real)	Município	CNE		Anual
Taxa de pré-escolarização (bruta e real)	Município	CNE		Anual
Taxa de retenção	Município	CNE		Anual
Taxa de desistência	Município	CNE		Anual
Crianças acompanhadas pela CPCJ	Município	CPCJ		Trimestral
Taxa de abandono escolar precoce sem entrada no mercado de trabalho ou formação (*) (**)	NUT I	INE	ICOR	Anual
População com o Ensino Superior ou equiparado entre os 30 e os 34 anos de idade (*)	NUT I	INE		Anual
Média de anos de escolarização da população (15-64 anos)	Município	CNE		Anual
Taxa de pré-escolarização	NUT II	CNE		Anual
Alunos inscritos em unidades orgânicas TEIP	NUT II	CNE		Anual

### **3.Indicadores de Alerta (Quadro Síntese)**

**Nível: Rendimento**

Indicador	Fonte	Âmbito Geográfico	Séries conseguidas	Periodicidade da informação
<b>⊙ Desempregados inscritos no CE</b>				
Desempregados inscritos no CE (género, idade, habilitações)	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2008-3º trim. 2013	Trimestral
Desempregados de Longa Duração inscritos no CE	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2008-3º trim. 2013	Trimestral
Desempregados à procura do 1º emprego inscritos no CE	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2008-3º trim. 2013	Trimestral
Casais desempregados inscritos no CE	IEFP	PT, AML, Distrito, Concelho, Freguesia	2010-2012	Trimestral
<b>⊙ Insolvências</b>				
Empresas em processo de insolvência	IIC	PT, Distrito, Concelho Lisboa	2009-2013	Trimestral
Pessoas Singulares em processo de insolvência	IIC	PT, Distrito, Concelho Lisboa	2009-2013	Trimestral
<b>⊙ Layoff</b>				
Estabelecimentos com situação de Layoff	ISS, IP	Portugal	2005-2013	Mensal
Beneficiários com prestações de Layoff (por ano do processamento e tipo de subsídio)	ISS, IP	Portugal	2005-2013	Mensal

⊙ **Despedimentos Colectivos**

<b>Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Dimensão das Empresas</b>	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
<b>Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Classificação da Actividade Económica</b>	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
<b>Despedimentos Colectivos - Processos Iniciados por Fundamentação do Despedimento Colectivo</b>	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
<b>Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Dimensão das Empresas</b>	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
<b>Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Classificação da Actividade Económica</b>	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral
<b>Despedimentos Colectivos - Processos Concluídos por Fundamentação</b>	DGERT	Distrito, Concelho Lisboa	2008-2013	Trimestral

⊙ **Venda Ambulante**

<b>Pedidos de atribuição de venda ambulante e que foram alvo de parecer pelo DDS</b>	CML	Concelho Lisboa	2008-2011	Anual
--	-----	-----------------	-----------	-------



**Nível: Estilo de Vida - Consumo**

⊙ **DECO - Gab. Sobreendividamento**

Procura de apoio por sobreendividamento - caracterização pessoa/família (nº titulares, idade, habilitações, rendimentos, despesas, taxa de esforço,	Deco	PT, Concelho Lisboa	2013	Mensal
Procura de apoio por sobreendividamento - motivos	Deco	PT, Concelho Lisboa	2013	Mensal

⊙ **Taxas moderadoras saúde**

Nº de utentes isentos de pagamento de taxas moderadoras por insuficiência económica	ACSS	Portugal	2013 (até 16 Maio)	2013 (até 16 Maio)
Nº de utentes isentos de pagamento de taxas moderadoras por situação de desemprego	ACSS	Portugal	2013 (até 16 Maio)	2013 (até 16 Maio)
Nº de requerimentos por insuficiência económica	ACSS	Portugal	2012-2013	2012 e 2013: mensal

⊙ **Instituto do Cinema e do Audiovisual**

Bilheteira cinemas - espectadores e receita bruta	Instituto do Cinema e do Audiovisual	PT, Concelho Lisboa	2008-1º, 2º e 3º Trim 2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
---	--------------------------------------	---------------------	----------------------------	----------------------------------

⊙ **Carris**

Passes sociais concedidos (Estudante - 4_18/Sub23; 4_18/Sub23 A), 3ª idade, Reformados/pensionistas, modalidade social +, modalidade social +A)	Carris	Conc. Lisboa	2008-2013	Trimestral
---	--------	--------------	-----------	------------

### Nível: Despesas Básicas

#### ⊙ EPAL

<b>Avisos Corte Emitidos</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Cortes de água emitidos</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Rescisão de contratos água em função de não pagamento</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Cortes água efectuados</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Cartas de rescisão emitidas</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Nº de rescisão por débito</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Pedidos de pagamentos faseados</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Nº Acordos Pagamento</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Nº desdobramentos facturas s/ acordo</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Desdobramentos de faturas &lt; €40</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral
<b>Clientes que recorrem a protocolo entre EPAL e JF</b>	EPAL	Conc. Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 Trimestral

#### ⊙ Galp Energia

<b>Número de contratos de fornecimento de gás - clientes residencial</b>	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril
<b>Número de avisos de corte de fornecimento de gás - clientes residencial</b>	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril
<b>Número de cortes de fornecimento de gás - clientes residencial</b>	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril
<b>Número de facturas vencidas - clientes residencial</b>	Galp Energia	Concelho Lisboa	2008-2013	2008-2012 Anual; 2013 até Abril

Nível: Apoio Social

⊙ Prestações Sociais

<b>Beneficiários do Subsídio de Desemprego</b>	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
<b>Beneficiários do Subsídio Social de Desemprego</b>	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
<b>Beneficiários do RSI</b>	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
<b>RSI - Famílias Isoladas</b>	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
<b>RSI - Famílias Monoparentais</b>	II,IP	PT, Distrito, Concelho e Freguesias	2008-2012	2008-2011 Trimestral; 2012 Anual
<b>Beneficiários regressados ao RSI</b>	ISS, IP	Portugal, Distrito		
<b>Beneficiários com processo cessado RSI</b>	ISS, IP	Pt, Distrito	2008-2012	
<b>Beneficiários com processamento de CSI (género)</b>	II,IP	PT, Concelho, Freguesias	2008-2012	2008-2010: Anual; 2011: trim.; 2012 Anual
<b>Valor (€) Médio de Prestação de CSI por Requerente com Processo Activo CSI</b>	II,IP	PT, Distrito, Concelho	2011	Trimestral

⊙ Apoio Social Pré-Escolar e Ensino Básico

<b>Crianças inscritas na Educação Pré-escolar com apoio social escolar (concelho de Lisboa) - Nº</b>	CML - Dpt Educação	2007-2013		Anual
<b>Alunos matriculados no 1º. Ciclo do ensino básico com apoio social escolar (ASE) - Nº</b>	CML - Dpt Educação	2007-2013		Anual

⊙ **Apoio Social prestado pela SCML**

<b>Atendimento Social - Nº Processos Abertos - SCML</b>	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Atendimento Social - Nº Processos Reabertos - SCML</b>	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Atendimento Social - Nº Processos Encerrados - SCML</b>	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Atendimento Social - Nº Processos Activos - SCML</b>	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Atendimento Social de Emergência:</b>	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de atendimentos	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de processos abertos (utentes novos)	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de processos movimentados (utentes atendidos):	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Utentes nacionais	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
Utentes estrangeiros	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Alojamento em pensões:</b>	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de diárias	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de pessoas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Infância e Juventude (crianças em risco no Atend. Soc. e Equipas de Apoio à Família:</b>				
<b>Equipas de Apoio à Família</b>	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de famílias sinalizadas/referenciadas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de crianças/jovens referenciados	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Atendimento Social</b>	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de famílias sinalizadas/referenciadas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de crianças/jovens referenciados	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Apoio a famílias (apoio alimentar):</b>	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de utentes com apoio alimentar	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Centro de Apoio Social dos Anjos:</b>	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de utentes do refeitório	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
<b>Vítimas de violência:</b>	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de situações sinalizadas	SCML	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral
N.º de beneficiários com cartão de saúde	SCML	Concelho, Freguesia	2008-2013	Anual até 2012; 2013: trimestral

⊙ Apoio Social prestado pela AMI

Equipamento Social (Pessoas Apoiadas)	AMI	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: semestral
Pedidos Directos (Pessoas Apoiadas)	AMI	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: semestral
Encaminhados por outras instituições (Pessoas Apoiadas)	AMI	Concelho	2008-2013	Anual até 2012; 2013: semestral

⊙ Habitação Municipal

Evolução dos Pedidos de Atribuição de Habitação Municipal	CML - DPT Habitação Social	Concelho Lisboa	2001-2011	Anual
---	-------------------------------	-----------------	-----------	-------

⊙ Cáritas

Nº famílias atendidas	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal
Nº famílias atendidas 1ª vez	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal
Total pessoas abrangidas	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal
Total pessoas abrangidas 1ª vez	Cáritas Diocesana Lisboa	Concelho Lisboa	2013	2013: mensal

⊙ Banco Alimentar

Famílias e Pessoas Apoiadas pelo Banco Alimentar (nº de cabazes), no Concelho de Lisboa	Banco Alimentar de Lisboa	Concelho Lisboa	2008-2011	Anual
---	---------------------------	-----------------	-----------	-------